

Sumário

Parte I – Introdução, 1

Capítulo 1, 3

- 1 O interdito de *homine libero exhibendo*, 3
 - 2 A carta de seguro do direito português, 4
- Notas ao Capítulo 1, 5

Capítulo 2, 7

- 1 A Magna Carta, 7
 - 2 A Petição de Direitos, 10
- Notas ao Capítulo 2, 12

Capítulo 3, 14

- 1 Origem e evolução do *habeas corpus* na Inglaterra. O *Habeas Corpus Act* de 1679 e leis posteriores, 14
 - 2 O processo do *habeas corpus* inglês, 17
- Notas ao Capítulo 3, 19

Capítulo 4, 21

- 1 O direito de locomoção nos primórdios do Brasil independente, 21
 - 2 O Código Criminal de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832 e a introdução do *habeas corpus* na legislação brasileira, 23
- Notas ao Capítulo 4, 24

Parte II – O Habeas Corpus no Brasil, 27

Capítulo 5, 29

- 1 Natureza jurídica do *habeas corpus*, 29
- 2 Modalidades do *habeas corpus*, 34
- Notas ao Capítulo 5, 35

Capítulo 6, 39

- 1 O direito garantido pelo *habeas corpus*, 39
- Notas ao Capítulo 6, 45

Capítulo 7, 53

- 1 A ação de *habeas corpus* e o *habeas corpus* de ofício, 53
 - 1.1 Considerações gerais, 53
 - 1.2 Condições da ação de *habeas corpus*, 55
 - a) Possibilidade jurídica do pedido, 56
 - b) Interesse de agir, 58
 - c) Legitimidade para agir, 62
 - c1) Legitimidade ativa, 62
 - c2) Legitimidade passiva, 65

Autoridade coatora e inquérito policial, 65

Coator juiz e tribunal, 67

I – Tribunal que confirma condenação em julgamento de apelação, 67

II – Tribunal que condena em processo de sua competência originária ou reformando sentença absolutória de primeiro grau, 68

III – Tribunal que indefere revisão, 68

IV – Investigação criminal em infrações da competência originária dos tribunais, 69

Órgão do Ministério Público coator, 69

Coator Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou Comissão Especial de Investigação (CEI), 70

Particular coator, 71
- 2 O *habeas corpus* de ofício, 72
- Notas ao Capítulo 7, 73

Parte III – Processo e Procedimento do Habeas Corpus, 83

Capítulo 8, 85

- 1 Competência – Critérios determinantes, 85
- 2 Competência dos juízes e tribunais, 86
 - a) Competência dos Juízes e Colegiados de Juízes de Primeiro Grau, 86
 - b) Competência originária do Supremo Tribunal Federal, 87
 - c) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal, 87

- d) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça, 87
- e) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça, 88
- f) Competência originária do Tribunal Superior Eleitoral, 88
- g) Competência recursal do Tribunal Superior Eleitoral, 89
- h) Competência originária do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 89
- i) Competência recursal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, 90
- j) Competência originária do Superior Tribunal Militar, 90
- l) Competência do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, 90
- m) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais, 90
- n) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais, 91
- o) Competência da Justiça do Trabalho – TST e TRT, 91
- p) Competência originária dos Tribunais de Justiça dos Estados – Tribunal de Justiça de São Paulo, 92
- q) Competência recursal dos Tribunais de Justiça dos Estados – Tribunal de Justiça de São Paulo, 93

Notas ao Capítulo 8, 93

Capítulo 9, 95

A intervenção de terceiros no processo do *habeas corpus*, 95

- 1 A intervenção do Ministério Público, 95
- 2 A intervenção do querelante e do credor de alimentos, 97
- 3 A pretendida intervenção do assistente do Ministério Público, 99

Notas ao Capítulo 9, 100

Capítulo 10, 103

- 1 A propositura da ação de *habeas corpus*, 103
 - 1.1 Requisitos da petição inicial, 103
 - 1.2 Formas alternativas de propositura da ação de *habeas corpus*, 105
 - 1.3 O fundamento jurídico do pedido. Casos de constrangimento ilegal, 106
 - a) A falta de justa causa, 106
 - Falta de justa causa e inquérito policial, 107
 - Falta de justa causa e ação penal, 108
 - Falta de justa causa e sentença condenatória, 111
 - Falta de justa causa e prisão em flagrante, 111
 - Falta de justa causa e prisão temporária, 112
 - Justa causa e prisão preventiva, 113
 - Falta de justa causa e prisão em virtude de pronúncia e de sentença condenatória recorrível, 115
 - b) “Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei.” Excesso de prazo, 116
 - Do excesso de prazo na fase de investigação, 116
 - Do excesso de prazo no juízo de primeiro grau, 117

Do excesso de prazo nos tribunais, 118

- c) “Quando quem ordena a coação não tiver competência para fazê-lo.”
Incompetência da autoridade coatora, 118
- d) “Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação”, 120
- e) “Quando não for alguém admitido a prestar fiança,
nos casos em que a lei a autoriza”, 121
- f) “Quando o processo for manifestamente nulo”, 122
- g) “Quando extinta a punibilidade”, 123

1.4 Aplicação dos casos de constrangimento ilegal à prisão civil, 124

Notas ao Capítulo 10, 125

Capítulo 11, 135

- 1 O procedimento da ação de *habeas corpus*, 135
 - a) Considerações gerais, 135
 - b) Indeferimento liminar e deferimento de plano do pedido, 136
 - c) A medida liminar em *habeas corpus*, 137
 - d) As duas fases do procedimento da ação de *habeas corpus*, 141
 - i) Primeira fase do procedimento: requisição da apresentação do paciente preso e informações escritas do coator; a eventual notificação para comparecimento do particular apontado coator, 142
 - ii) Segunda fase do procedimento: a resposta; a prova do alegado; a desistência do pedido, 143
 - A resposta, 143
 - A prova do alegado, 146
 - A desistência da ação de *habeas corpus*, 147
- 2 O procedimento na concessão do *habeas corpus* de ofício, 147
- 3 A decisão do *habeas corpus*, 148
- 4 A extensão da decisão, 151
- 5 Efeitos da decisão, 151
 - a) Coisa julgada formal e reiteração do pedido, 151
 - b) Coisa julgada material, 153
- 6 Recursos, 154
 - a) Recurso de ofício, 154
 - b) Recurso em sentido estrito, 156
 - c) Recurso ordinário constitucional, 157
 - d) Recurso extraordinário e recurso especial, 158
 - e) Pedido de declaração e embargos de declaração, 158

Notas ao Capítulo 11, 158

Bibliografia, 167